

II
PROBLEMAS ÉTICOS NA ECONOMIA

Ética, famílias e consumo	
<i>Francisco Sarsfield Cabral</i>	115
Carreira, emprego, trabalho	
<i>Mário Pinto</i>	135
Empresas e negócios	
<i>António Pinto Leite</i>	155
Marketing e publicidade	
<i>João Borges de Assunção</i>	177
Mercado, concorrência e ética: os paradoxos	
<i>Miguel Pina e Cunha, Arménio Rego e António Pinto Leite</i>	201
Ética bancária e financeira	
<i>Joaquim Cadete</i>	223
Empresas e responsabilidade social	
<i>Filipe Santos</i>	243
Políticas de estabilização e desenvolvimento	
<i>João Ferreira do Amaral</i>	269
Questões de distribuição e regulação	
<i>Miguel Gouveia</i>	289
Ética da globalização	
<i>Maria Paula Fontoura e Nuno Valério</i>	311

O exercício ético da economia

Maria do Céu Patrão Neves e João César das Neves

A simples leitura do título deste volume – *Ética aplicada: Economia* – é suficiente para causar estranheza em muitos dos nossos concidadãos, enraizada que está a ideia de que qualquer prática que lide com o «vil metal», gere riqueza, produza lucro é inevitavelmente danosa. É certo que ninguém prescinde dos benefícios da actividade económica, e são muitos os que empenhadamente se lhe dedicam. Não obstante, continua a ser candidamente olhada como um mal tolerado...

Por isso, «ética» e «economia» podem parecer realidades contraditórias, que, enquanto tal, se excluíam mutuamente. Referir-mo-nos a ambas conjuntamente será pois, inicialmente, interpretado como algo de paradoxal. Talvez também por isso esta associação de conceitos, que o cidadão comum se habituou acriticamente a ver como antagónicos, venha a suscitar interesse proporcional à anterior estranheza, que remeteremos para a afirmação da sua relação, não só como possível e desejável, mas também como efectiva e indispensável. Eis o que *Ética aplicada: Economia* procurará mostrar.

Na prossecução deste desiderato, começamos por afirmar que a actividade económica, aliás à semelhança de qualquer outra actividade humana, só cumpre a sua própria finalidade se produzir um bem para além de si própria, se realizar um bem humano, ou seja, se assumir uma intrínseca dimensão ética. Com efeito, toda a actividade humana é meio ou instrumento de perfetibilização da pessoa e de desenvolvimento da comunidade – único fim incondicionado porque fundamento de todas as múltiplas modalidades da acção humana. A actividade económica não é excepção. Uma actividade que tomasse por objectivo o seu próprio desenvolvimento, a sua auto-sustentabilidade, ficaria refém de si mesma, cativa de um círculo fechado, que carece de qualquer sentido. É a dimensão ética que confere sentido ao exercício da economia.

Podemos ainda acrescentar que, paralelamente à apontada exigência da ética como legitimadora de toda a actividade humana, também inversamente a prática ética pode ser alargada e intensificada por via da actividade económica, na justa medida em que esta, ainda e sempre, estiver ao serviço do ser humano. Com efeito, se esta ideia parece arredada do cidadão comum, nem por isso é menos verdadeira: os valores axiais da nossa vida comunitária, como a justiça e a solidariedade, são especialmente desenvolvidos em economias também elas desenvolvidas. Estas apostam invariavelmente na multiplicação de recursos – humanos e financeiros – reforçando as dinâmicas sociais saudáveis. O exercício ético da economia contribui, pois, para a equidade e assim também para a dignidade humana e para a paz social.

Para além destes dois aspectos que constituem pressupostos que enformam a relação entre «economia» e «ética», o maior desafio que aqui se nos coloca é o de evidenciar ao cidadão em geral que não só a economia apenas cumpre a sua função social se for eticamente estruturada, mas que também, mesmo quando lamentavelmente reduzida à obtenção

do lucro, reconhece na ética um contributo indispensável para a sua actividade. Com efeito, hoje, as sociedades, principalmente as democráticas, que assentam na autonomia e activismo cidadão, estabelecem, mais ou menos tacitamente, padrões de procedimentos, requisitos éticos de acção por que pautam a sua adesão ou rejeição a empresas e/ou agentes económicos. Sob esta perspectiva, estes últimos não poderão ignorar ou negligenciar as exigências éticas que a sociedade coloca à actividade económica sob pena de soçobram. A observância normativa não será ditada pelas razões mais nobres e quedará-se a num sofrível minimalismo, mas cumprir-se-á.

Um segundo desafio, também muito considerável, é o de, dirigindo-nos especificamente aos economistas, travarmos uma dupla tendência que se vem intensificando entre estes profissionais: a da technicalização da ética, ou seja, a da utilização ou instrumentalização da ética como metodologia ou estratégia da prossecução e crescimento da actividade económica, principalmente entre aqueles que não reconhecem o desempenho vital da ética em economia; e ainda, desta feita sobretudo entre os economistas que mais se empenham na reflexão e prática ética, a de pretenderem constituir uma ética específica e particular à actividade económica.

A technicalização da ética corresponde à assunção de que esta pode ser convertida numa marca, que se acrescenta convenientemente tanto a um produto como ao seu produtor ou comerciante, para criação ou reforço de uma imagem positiva, a fim de potencializar substancialmente a rentabilidade da actividade económica. Os exemplos são muito diversos: a utilização de mão-de-obra infantil, a exploração de trabalhadores imigrantes, ilegais, e, assim também, muito vulneráveis, ou o impacto ambiental nos locais de produção, a pegada ecológica no seu transporte, são factores que podem atingir irreversivelmente uma empresa ou uma marca, de forma bem mais poderosa do que a própria qualidade da actividade em causa. Por outro

lado, a elaboração e divulgação de normativas de boas práticas por parte das empresas, a publicitação de preocupações sociais e ambientais, entre outras, são determinantes para a aceitação e mesmo adesão da sociedade ao organismo em causa.

Além disso, e ainda no que se refere a modalidades de tecnicização da ética, verificou-se que a gestão de sistemas de certificação ética, e respetiva atribuição de selos comprovativos, se afirma como um novo negócio florescente. Aliás – acrescentaríamos –, um duplo negócio porque constitui uma actividade rentável em si mesma e porque potencia a rentabilidade da actividade já existente a que se aplica.

Quanto a uma manifesta inclinação para a constituição de uma ética particular à actividade económica, valerá a pena considerá-la nas suas múltiplas vertentes. Não se trata do que se apresenta como o procedimento mais comum de regulamentação ética de uma actividade socioprofissional: a formulação de uma deontologia profissional. A Ordem dos Economistas não elaborou um código deontológico como um documento autónomo, específico nas suas constituintes normativas ético-morais e jurídico-administrativas, e tendo em atenção que estas últimas implicam a aplicação de sanções aos prevaricadores. Declara a Ordem que optou «por construir um Código Deontológico formado por princípios e orientações, em detrimento de um código constituído por um conjunto de regras com carácter prescritivo». De facto, a tendência entre os economistas é a de, afirmando a capacidade de auto-regulação, característica das deontologias, privilegiar um conjunto de «boas práticas» que se perfilam mais como ideais de acção do que como de obrigações de acção. Assim sendo, constituem uma versão *light* (ligeira) da deontologia.

Outra vertente na particularização da ética da economia, na sequência das anteriores e também predominante, é a de reduzir a ética ao direito, na assunção de que o legal é o moral. Ora, nem sempre o legal é moral, e certamente o moral é muito mais

exigente do que o legal. Quando a lei é estabelecida à revelia dos seus destinatários – como acontece em regimes ditatoriais, mas também nos democráticos, sempre que o poder é exercido usurpando o sentido do voto popular – a lei pode abater-se sobre os cidadãos como uma forma de violência, sendo, assim, desprovida de legitimidade moral. Por outro lado, a lei democrática corresponde apenas a um mínimo ético, ou seja, ao consenso possível num contexto pluralista, o que não dispensa ninguém de se coibir apenas das acções proibidas ou de agir apenas no âmbito do permitido. Na ética da economia não basta cumprir a lei para se observar a moral.

No que se refere às éticas aplicadas – neste caso, à ética aplicada à economia –, importa sublinhar que protagonizam a perspectiva da hetero-regulação. Ou seja, enquanto a auto-regulação deontológica consiste na elaboração de normativas de acção, pelos economistas e para os economistas, a hetero-regulação da ética aplicada representa o ponto de vista de todos os cidadãos, de todos os envolvidos, de todos os afectados pela actividade económica que, como tal, têm também direito a pronunciar-se sobre os procedimentos devidos aos economistas. Uma ética aplicada a uma actividade socioprofissional particular não é, ela própria, particular; antes consiste na especificação da moral comum, da moral vivida e partilhada na sociedade, face às complexidades características de uma actividade individual.

Na verdade, nem uma deontologia (por mais elaborada que seja) é hoje suficiente para regular eticamente a actividade económica, nem os economistas podem desvalorizar a perspectiva do cidadão (mesmo a do menos instruído) sobre a sua actividade, pelo que é vã qualquer ambição de sustentabilidade ou até de validade de uma ética particular.

A partir deste amplo quadro reflexivo em que uma ética aplicada à economia se desenvolve, podemos facilmente

compreender que economia e a ética tenham uma relação algo ambígua e conflituosa. Podíamos acrescentar tratar-se de uma situação surpreendente, uma vez que ambas tratam explicitamente de bens e valores; mas serão bens e valores muito diferentes.

Aristóteles¹ dividiu o bem em três tipos: o honesto, o útil e o deleitável. Segundo Tomás de Aquino, «se considerarmos a razão de bem de maneira mais profunda e geral, vemos que esta divisão cabe propriamente ao bem enquanto tal»². Por isso, entre as múltiplas classificações de bem apresentadas na *Suma teológica*, esta é a usada com distinção primordial, referida logo na quinta questão do tratado, que lida com «o bem em geral».

Esta breve taxonomia revela como as disciplinas que aqui nos ocupam partilham um mesmo objecto. Enquanto a ética se dedica ao bem honesto, a economia dirige-se ao bem útil. De facto, a própria ciência económica, após a chamada «revolução marginalista» dos anos setenta do século XIX, adoptou o conceito de utilidade como fundamento do valor (o que também a ética utilitarista fez). Aprofundando esta observação, podemos aproximar-nos da origem do conflito: «o honesto, o útil e o deleitável têm o mesmo objecto, mas distinguem-se pela razão. Chama-se, com efeito, honesto ao que tem uma excelência digna de honra, pela sua beleza espiritual; considera-se deleitável aquilo em que o desejo repousa, e útil o que se refere a outro bem. Note-se, porém, que deleitável é um conceito mais extenso que o útil e o honesto, porque tudo o que é útil e honesto é, de certa forma, deleitável, mas o inverso não, como observa Aristóteles»³.

¹ ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, livro II, iii, 1104b 30–34. Ver Tomás de Aquino *Comentário à ética a Nicómaco*, livro I, lição V e livro II, lição III.

² TOMÁS DE AQUINO, *Suma teológica*, I, q. 5, a. 6.

³ TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, II-II, q. 145, a. 3. A citação final de Aristóteles é de *Ética a Nicómaco*, livro II, ii, 1105b 1.

Deste modo, o problema do confronto entre ética e economia vem, pode dizer-se, do facto de o útil e de o agradável nem sempre serem honestos ou virtuosos. «Pois o prazer leva-nos a fazer acções vergonhosas e a dor nos motiva a abster-nos das acções nobres. Daí a importância, como disse Platão de sermos devidamente treinados desde a infância a gostar e a não gostar do que é devido. Isto é o que significa uma boa educação»⁴.

É precisamente aqui que se situa o presente volume. Aspirando, simultaneamente, atingir o útil económico e o honroso ético, as próximas páginas pretendem contribuir para a educação dos gostos que permita aos agentes económicos serem éticos no seu quotidiano. Para quem busque este desiderato, o resultado é, como a *Suma* o define: transformar a economia numa virtude, uma das partes subjectivas da prudência⁵. De facto, ao contrário do que tantos, incluindo Aristóteles, afirmam, a finalidade da economia não são as riquezas. «O fim último da economia é o viver totalmente bem na comunidade doméstica»⁶.

Tomás de Aquino chega a indicar o caminho através do qual a economia se pode ligar à ética. No início da segunda parte da *Suma*, depois de estabelecer, com Aristóteles, que a finalidade suprema do ser humano é a felicidade (*beatitudo*)⁷, o autor analisa como vários propósitos se relacionam com esse fim último. Dois deles são explicitamente económicos, deste modo definindo a correcta orientação da disciplina e concretizando a referida educação indispensável.

⁴ ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, livro II, ii, 1104b 10. A citação final de Platão é de *Leis*, 653 sq.

⁵ TOMÁS DE AQUINO *Suma teológica*, II-II q. 50, a. 3.

⁶ TOMÁS DE AQUINO *Suma teológica* II-II 50, 3, 1. A citação é *Ética a Nicómaco*, livro I, i 1094a 9.

⁷ TOMÁS DE AQUINO *Suma teológica* I-I q. 1.

Ao questionar-se se a felicidade consiste nos bens económicos (*divitiis*)⁸, Tomás de Aquino estabelece o teorema nuclear da economia marginalista, que afirma que os bens são procurados, não por si, mas por outra coisa: aquilo a que os economistas chamam utilidade e que o autor apelida de «sustento da natureza humana». Isso tem como consequência que o aspecto realmente relevante para a nossa finalidade terá de se situar no artigo subsequente, onde é confrontada a relação da felicidade com essa utilidade. Esta surge, na nomenclatura teológica, sob a expressão de «prazer» (*voluptate*), mas, na riqueza de significado da *Suma*, este termo inclui todos os elementos fundamentais do conceito contemporâneo. Vale a pena ler o texto na sua integralidade, porque traça o essencial do percurso do presente volume: «Temos de considerar que o prazer é um acidente próprio resultando da felicidade, ou de uma parte da felicidade. A razão porque um homem tem prazer é por ter algum bem apropriado, seja na realidade, na esperança ou, pelo menos, na memória. Mas um bem apropriado, se é o bem perfeito, é precisamente a felicidade do homem, e se é imperfeito, é uma parte da felicidade, seja próxima, remota ou, ao menos, aparente. Portanto é evidente que nem o prazer que resulta do bem perfeito é a essência da felicidade, mas algo que resulta dela como seu acidente próprio»⁹.

O resultado desta singela mas muito profunda elaboração é mostrar-nos as condições para uma correcta orientação ética da economia. Esta lida com a gestão dos bens. Estes, dado serem necessariamente pretendidos pelos agentes, ou não seriam bens, são sempre apropriados. O problema é que alguns deles são-no apenas na esperança ou na memória, sem o serem na realidade. Por isso, ao atingir a utilidade, a economia chega sempre a uma parte da felicidade, propósito da ética. O mal é

⁸ TOMÁS DE AQUINO *Suma teológica* I-II q. 2 a. 1.

⁹ TOMÁS DE AQUINO *Suma teológica* I-II q. 2 a. 6.

que essa parte pode ser remota ou até aparente. A conclusão sai assim clara: uma economia ética é aquela que se dedica a bens que sejam apropriados na realidade e que assim atinjam a felicidade de forma próxima.

Como é que isso se faz? A questão ultrapassa a operação própria da economia e exige agentes e economistas éticos e virtuosos. O propósito deste volume é dar um modesto contributo nesse sentido. Mas a sua condição prévia é que se admita que a economia não se basta a si mesma, e precisa de uma predeterminação axiológica para atingir de forma aceitável a sua finalidade. Como disse o prémio Nobel Friedrich Hayek: «Ninguém pode ser um grande economista se for só um economista – e eu até sou tentado a dizer que um economista que é só um economista é provável que se torne num incómodo, se não mesmo num perigo real»¹⁰.

Ética aplicada à economia

O presente volume tomou a sério o tema da colecção – «Ética aplicada» – na reflexão axiológica da parte de quem, sendo profissional, vive também os dilemas no quotidiano. Para obter uma elaboração pertinente, é preciso escolher pessoas eminentes, com verdadeiras preocupações morais, com que se deparam na operação directa da sua vida económica. Foram escolhidas, como tinham de ser, pessoas honestas e honradas, capazes de elaboração moral que seja útil ao leitor, e que testaram e testam estas virtudes no fragor dos dilemas concretos da economia. Mesmo quando se trata de universitários e

¹⁰ HAYEK, FRIEDRICH (1956) «The Dilemma of Specialization», cap. 8 de *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Chicago, The University of Chicago Press, 1967, p. 123.

investigadores, os autores deste livro chegaram à ética a partir da economia e não pelo caminho inverso.

O volume divide-se em duas partes: uma, mais pequena, dedicada aos aspectos genéricos da economia; a segunda, a mais assumidamente aplicada, lidando com os grandes temas da actividade concreta.

O primeiro capítulo, entregue a um antigo ministro das Finanças e da Segurança Social e do Trabalho, mas também gestor de empresas e instituições de solidariedade, António Bagão Félix, pretende estabelecer uma relação entre os valores éticos e os económicos. Atendendo ao carácter muito vago e genérico do tema, a finalidade do texto era obter uma reflexão muito pessoal, mas também provocadora e interpelante, acerca das preocupações profundas de quem teve de enfrentar escolhas difíceis, por vezes angustiantes e mesmo dilacerantes.

Economia é, antes de mais, um sistema de relações sociais. A arquitectura básica que estrutura essas relações sempre constituiu tema de profundas elaborações e debates políticos, que, nos últimos anos, se cristalizaram à volta de dois conceitos básicos: capitalismo e socialismo. A dimensão do volume exigiu reduzir o riquíssimo espólio moral que rodeia o problema do regime económico a esta dualidade. A discussão da validade ética de cada uma das estruturas foi confiada a dois académicos, conhecidos pela defesa pública das respectivas soluções: João César das Neves, da Universidade Católica Portuguesa, e José Reis, da Universidade de Coimbra, este último também antigo secretário de Estado do Ensino Superior.

Um dos elementos que mais influenciam o comportamento ético na economia é, sem dúvida, a lei: o enquadramento jurídico impõe-se à decisão de cada um, além de influenciar princípios, critérios e escolhas. A relação entre o direito e a moral, em particular no campo da economia, é de reflexão muito vasta. Destacamos um elemento, pela sua relevância ética, o da evolução da legislação laboral nas sociedades contemporâneas,

o qual tem definido aspectos cruciais da actividade económica. O esboço dessa dinâmica foi entregue a Mário Pinto, professor universitário, deputado constituinte e antigo ministro da República na Região Autónoma dos Açores.

As múltiplas ambiguidades e turbulências da relação entre a economia e a ética têm uma tradução muito significativa nos percalços históricos da ciência económica. De facto, esta, no concreto dos seus autores e tratados, vê-se sucessivamente a embater na disciplina filosófica da moralidade. São esses encontros e desencontros que o professor José Luís Cardoso, do Instituto de Ciências Sociais, um dos mais marcantes historiadores contemporâneos da disciplina económica, resume no capítulo que encerra a parte mais genérica.

Enformar os grandes temas da actividade económica em dez secções constitui, só por si, um desafio não desprovido de dilemas éticos. A opção foi preferir a relevância à exaustividade.

Os dois primeiros capítulos dedicam-se aos dois impactos mais relevantes da economia sobre as famílias e os cidadãos, a saber, o consumo e o emprego. São temas necessariamente entrelaçados, como os capítulos revelam. De facto, o segundo pode ser considerado como um meio para o primeiro, sem que nele se esgote, trazendo o emprego uma dignidade inconfundível para a cidadania. O primeiro destes temas foi entregue a Francisco Sarsfield Cabral, jornalista, assessor político e antigo Director do Gabinete em Portugal da Comissão Europeia, e o segundo ao professor Mário Pinto, que já tinha assinado um dos textos da primeira parte. Estas duas secções centram-se na finalidade própria da acção económica, o bem-estar das famílias, embora relacionando-a já com a operação concreta dos agentes, a qual ocupa os restantes capítulos. Estes podem ser classificados em dois grandes grupos: a actividade das empresas, nos capítulos 3 a 7; e a actividade política e diplomática, nos três restantes.

O artigo sobre a própria essência da ética nos negócios, sobre os dilemas básicos da operação empresarial, foi entregue a António Pinto Leite, gestor, advogado, árbitro nacional e internacional, político e comentador, antigo presidente da Associação Cristã dos Empresários e Gestores, que tem há anos elaborado uma original, provocadora e interpelante reflexão sobre o tema, centrada no amor.

Os problemas directamente comerciais e mercantis são elaborados nos dois textos seguintes, sob perspectivas diferentes. O primeiro aborda as questões do marketing e publicidade, que suscitam elementos que, além de muito influentes na era da comunicação, são extremamente específicos e distintos dos demais. Esse capítulo foi entregue a João Borges de Assunção, professor da Universidade Católica Portuguesa e ex-assessor do presidente da República.

Os confrontos no mercado, os dramas da concorrência e os embates comerciais constituem um dos aspectos mais perturbadores da abordagem ética da economia. Os verdadeiros conflitos que se vivem quotidianamente nos mercados são omnipresentes nas condenações populares da economia. Esses delicados e complexos dilemas e opções estão entregues à reflexão dos professores Miguel Pina e Cunha, da Universidade Nova de Lisboa, e Arménio Rego, da Católica Porto Business School, junto com o já referido Pinto Leite, assim ligando este capítulo à secção enquadradora.

Não existe, certamente, área económica mais controversa em termos éticos do que a da banca e da finança. Ouvindo muitas apreciações moralistas, essas parecem ser zonas malditas, condenadas à ganância, à corrupção e à desonra. Como pode alguém viver eticamente nesses meios irrespiráveis? É a essa pergunta que responde Joaquim Cadete, professor da Universidade Católica Portuguesa, antigo operacional do banco ABN AMRO N.V. e antigo director do Citigroup Global Markets Limited.

As empresas hoje não se podem limitar a ser éticas na sua operação própria. A opinião pública, fortemente convicta da relevância social das companhias, exige-lhes um empenho de cidadania vasto e relevante em múltiplas áreas da solidariedade, algo a que a própria consciência moral dos empresários sempre as obrigou. Daqui nasceu a crescente dinâmica de responsabilidade social das empresas, uma das áreas onde a criatividade e a imaginação organizacional mais se têm feito sentir. O professor Filipe Santos, da Universidade Católica Portuguesa e do INSEAD e reputado especialista internacional no tema, fundador do Instituto Portugal Inovação Social, ocupa-se do capítulo.

A economia é inseparável da política, porque o mercado selvagem, sem rei nem lei, nunca existiu. Mas a intervenção estatal no campo económico levanta quase tantos problemas éticos como aqueles que pretende resolver. Esta vasta área é resumida em três aspectos pontuais, mas bastante abrangentes.

João Ferreira do Amaral, professor do Instituto Superior de Economia e Gestão, ocupa-se da chamada política macroeconómica, que lida com as grandes linhas da economia agregada, das altas frequências da conjuntura ao desenvolvimento de longo prazo. Miguel Gouveia, professor da Universidade Católica, centra-se nas políticas de redistribuição e regulação de mercados, em que os problemas éticos são de natureza muito diferente, embora não menos aguda. Maria Paula Fontoura e Nuno Valério, do Instituto Superior de Economia e Gestão, abordam várias vertentes da panóplia de questões suscitadas por uma globalização que penetra hoje todos os aspectos da vida económica, retomando assuntos de capítulos anteriores, mas agora sob o ponto de vista dos mercados internacionais e da diplomacia e política externas.

Um volume destes, produzido a muitas mãos e com fortes limites de dimensão, nunca poderia fazer justiça ao título que ostenta, o que, em todo o caso, não constitui um problema

ético por duas razões. Primeiramente, porque a finalidade explícita do volume não é realizar um tratamento exaustivo do tema a que se dedica, mas apenas traçar os seus contornos principais, motivando o leitor a desenvolvimentos futuros. Depois, porque o volume indica claramente os meios para essa prossecução de informação, formação e reflexão, sobretudo na secção de «Leituras recomendadas», que acompanha cada um dos capítulos. Deste modo, o livro cumpre a sua missão de ser um roteiro, um simples mapa para uma viagem que nunca se poderia esgotar em algumas centenas de páginas e que tem sempre de ser pessoal.

Afinal, como vimos apontando desde o início, a actividade económica que cumpre o seu desiderato – a realização das pessoas e o bem-estar das sociedades –, o que lhe confere legitimidade ética, não pertence apenas aos economistas, mas a todos os que, de uma maneira ou de outra, estão implicados nesta actividade. Os economistas deram o mote; cabe agora a palavra ao leitor, ao cidadão.

Leituras recomendadas

PATRÃO NEVES (Coord.), *Ética: dos Fundamentos às Práticas*. Lisboa, Edições 70, 2016, 298 pp.

I

TEMAS FUNDAMENTAIS